



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA**

PROTOCOLO GERAL  
Livro 02  
No 17  
Entrada em: 16/01/25  
Fls. 02  
Legislativo Municipal de Fagundes Varela - RS

**PROJETO DE LEI Nº 17, DE 16 DE JANEIRO DE 2025**

Aprovado por unanimidade  
21/01/2025  
Presidente

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 955, DE 07 DE OUTUBRO DE 2002, QUE DISPÕE ACERCA DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA.

**Art. 1º** Fica alterado o inciso II do art. 68 da Lei Municipal nº 955/2002, o qual passa a constar com a seguinte redação:

[...]

II – a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas que o servidor apresentar, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível, a qual será regulamentada por normativa interna;

[...]

**Art. 2º** Fica alterado o *caput*, bem como o §3º do art. 103 da Lei Municipal nº 955/2002, o qual passa a constar com a seguinte redação:

**“Art. 103.** O servidor gozará, obrigatoriamente, por ano, 30 (trinta) dias de férias, de acordo com a escala que for encaminhada pela chefia imediata, sendo observadas a conveniência da Administração Pública e o andamento dos serviços. ”

[...]

**“§3º** Em caso de interesse público, poderão as férias serem concedidas em dois períodos, sendo que nenhum deles poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

**Art. 3º** Fica alterado o *caput* do art. 165 da Lei Municipal nº 955/2002, o qual passa a constar com a seguinte redação:

**“Art. 165.** O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de três servidores efetivos, designada pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente”.

[...]

**Art. 4º** Altera o §2º, além de acrescentar o §6º e renumerar os demais parágrafos do art. 208 da Lei Municipal nº 955/2002, a qual passa a constar com a seguinte redação:

[...]

**“§2º** Nas licenças superiores a 15 (quinze) dias, o servidor deverá ser encaminhado para inspeção médica realizada por junta médica a ser definida pelo Município”.

[...]

**§6º** A junta médica será exercida por equipe própria do Município ou contratada mediante processo licitatório, sendo regulamentada por meio de Decreto Municipal.

**§7º** Inexistindo médico do Município, será aceito atestado firmado por outro médico, nas licenças até quinze dias.

**Art. 5º** Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 955/2002.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA**

Fagundes Varela, 16 de janeiro de 2025.

**ROGÉRIO BINDA**  
**Prefeito Municipal em Exercício**



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 17, DE 16 DE JANEIRO DE 2025**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Apresentamos para consideração de Vossa Excelência, bem como de seus pares, o Projeto de Lei que propõe alterações em dispositivos da Lei Municipal nº 955, de 07 de outubro de 2002, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fagundes Varela.

Primeiramente, solicitamos alteração na redação do art. 68 da Lei, para que o mesmo seja regulamentado observando as peculiaridades de cada setor do ente municipal, por meio de Ordem de Serviço expedida pelo Executivo.

Ainda, propõe-se alteração para readequar o texto da Lei no que diz respeito ao direito de férias dos servidores determinando que os mesmos as gozarão seguindo uma escala a ser previamente organizada, levando em conta a conveniência do serviço público, de modo a garantir a continuidade e o bom andamento dos trabalhos.

A alteração referente ao artigo 165 do Regime Jurídico é justificada para viabilizar a participação na comissão de análise de processos administrativos disciplinares, servidores efetivos e não mais servidores efetivos estáveis, de forma a proporcionar que todos estejam autorizados pelo Regime Jurídico a comporem comissões.

A proposta de alteração do art. 208 da Lei 955/2002 muda o termo “médico oficial” para “junta médica” para viabilizar legalmente que o Município passe a poder contratar também perícias médicas por meio de empresa via processo licitatório, o que caracteriza a junta médica, ao contrário do médico oficial em que as consultas devem ser realizadas por servidor do quadro efetivo do Município.

Pelas considerações acima, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa para análise, voto e aprovação.

Fagundes Varela, 16 de janeiro de 2025.

**ROGÉRIO BINDA**  
**Prefeito Municipal em Exercício**

